

Outros diálogos com Varnhagen: Histórias Gerais do Brasil e a estrutura narrativa oitocentista

Genaro Vilanova Miranda de Oliveira*

Resumo:

Este artigo defende a hipótese de que alguns dos livros de História do Brasil mais usados atualmente se baseiam em um modelo narrativo esboçado pela imaginação historiográfica do século XIX. Ao longo do texto, esse modelo é chamado de estrutura narrativa oitocentista. Através de uma análise comparativa entre a obra “História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal”, escrita por Francisco Adolfo Varnhagen, entre 1854-7, e livros didáticos de História recomendados pelo MEC em 2006, procura-se mostrar como esse construto intelectual do século XIX permanece de maneira hegemônica, ubíqua e pouco problematizada em livros contemporâneos.

Palavras-chave: História do Brasil; História Intelectual; Historiografia; Livros Didáticos.

Abstract:

This article argues that some of the most popular contemporary books on the History of Brazil are based on a narrative model outlined by the nineteenth century historiographic imagination. Throughout the text, this model is called the nineteenth century narrative structure. Through a comparative analysis between the work “General History of Brazil prior to its separation and independence from Portugal” written by Francisco Adolfo Varnhagen, between 1854-7, and history textbooks endorsed by the Brazilian Education Ministry in 2006, we attempt to show how this nineteenth century intellectual construct remains hegemonic, ubiquitous and unproblematized in contemporary books.

Keywords: History of Brazil; Intellectual History; Historiography; Textbooks.

Este artigo polemizará um conjunto discursivo de perímetros fugidios, feito a rascunhos, remates e rasuras por gerações de autores, adornado por décadas de consensos e conflitos, erguido sobre uma admirável coleta de informação e escassez de clareza, ainda que hoje tenha por batismo um nome inequívoco: História do Brasil.

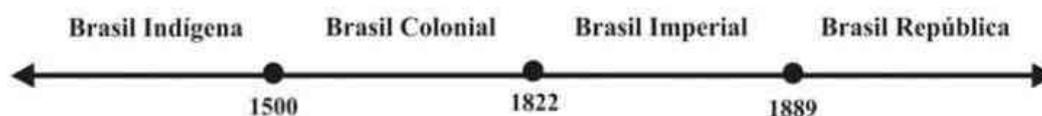
Uma hipótese central sustenta toda argumentação adiante: é provável que a maioria dos livros de História do Brasil lidos atualmente baseie-se em um modelo narrativo esboçado pela imaginação historiográfica do século XIX; é possível que historiadores do Brasil Império, principalmente a partir da obra *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, de Francisco Adolfo Varnhagen, tenham inaugurado um modelo narrativo de História do Brasil que permanece de maneira hegemônica, ubíqua e pouco problematizada nos livros contemporâneos. Ao longo deste artigo, esse modelo será chamado de *estrutura narrativa oitocentista*.

Esboçada inicialmente pelos primeiros membros do então recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, didaticamente ordenada

pelos dois tomos da obra de Varnhagen, em 1854 e 1857, e gradualmente atualizada/complementada pela historiografia que avançou os séculos XIX, XX e XXI, a *estrutura narrativa oitocentista* tem fornecido aos livros História do Brasil um modelo eficaz para abordar três temas fundamentais de qualquer História nacional: 1- a instituição objetiva do estado; 2- a formação subjetiva¹ da nação; 3- o estabelecimento de uma periodização para ordenar esse processo duplo de constituição do estado e da nação.

Nos livros, a visualização didática desse processo nacionalizador ficou consagrada por uma divisão quadripartite e homogeneizadora do espaço-tempo brasileiro: um período *originário*, indígena (também chamado de ameríndio, tupi-guarani ou pré-cabralino); um período *fundador*, colonial; um período *emancipador*, imperial; e um período *contemporâneo*, republicano. Essa forma de estudar os supostos quatro Brasis que se sucedem durante cinco séculos, de Cabral até todo atual presidente, tornou-se uma maneira eficiente de enredar as dimensões temporais, espaciais e sócio-econômicas da História nacional. Tamanha é sua aceitação e presença, tanto em publicações acadêmicas quanto em materiais didáticos, que esse modelo interpretativo confunde-se comumente como uma verdade em si.

Inspirados pela *estrutura narrativa oitocentista*, livros gradualmente tradicionalizaram um tipo de narração processual que hoje tem uma inconfundível seqüência temporal-temática:



Esse encadeamento de períodos sociopolíticos, que partem simbolicamente do limiar do século XVI e prosseguem até o presente, essa narração dedutiva e cronológica – freqüentemente teleológica – propõe uma “explicação” da formação do Brasil e dos brasileiros por meio de uma trajetória reta², desde o contato entre os primeiros ameríndios e lusitanos até a consolidação do estado nacional contemporâneo.

Esbanjando um perfil marcadamente pedagógico, há pelo menos 150 anos livros têm ressaltado a existência de um elo de parentesco nacional que une as gerações do passado e do presente, nascidas no chamado território “brasileiro”. Com

sua seqüência linear, causal e acumulativa, o modelo da *estrutura narrativa oitocentista* tinge anualmente milhões de páginas de um enredo nacionalizador supostamente capaz de resumir, em poucos capítulos, todos os eventos “fundamentais” da História do Brasil. Desde os primeiros manuais oitocentistas até os lançamentos que abarrotam prateleiras de *shoppings centers*, livros de História do Brasil têm celebrado vínculos diretos entre acontecimentos e personagens dispersos no tempo e no espaço; têm promovido a aceitação de relações identitárias deveras abstratas entre, por exemplo, a escrita de Pero Vaz de Caminha no século XVI, sermões do Padre Antônio Vieira, a degola de Tiradentes, o amor de Lampião e Maria Bonita, o leitor e o autor deste texto.

Os objetivos deste texto são tão simples quanto tormentosos: 1- esclarecer o que se denominou de *estrutura narrativa oitocentista*; 2- ilustrá-la a partir de uma leitura comparada, mostrando sua presença tanto na *História Geral do Brasil* de Varnhagen quanto em alguns dos livros de História mais populares na primeira década deste século.

Com isso, pretende-se aqui contribuir com um extenso debate sobre relações entre a História intelectual e a construção do Estado Nacional Brasileiro. Naturalmente, o papel de elites intelectuais na constituição de discursos nacionais tem sido destacado na maioria das interpretações sobre o período da independência em diante, sejam nas suas versões ditas tradicionais, Marxistas e Weberianas³. No entanto, notadamente a partir década de 1980, publicações têm procurado complementar o predomínio de determinantes político-econômicos por explicações que enfatizam aspectos culturais da formação da nação. Por meio de publicações influentes, dentre as quais vale a pena destacar os escritos de Benedict Anderson, tais explicações também vêm balanceando a notória prevalência de estudos sobre o estado em relação aqueles sobre a nação.

Assim, gradualmente reverte-se o fato de os estudos sobre a formação da nação ter sido “desdenhosamente deslocado à dimensão do subjetivo”⁴ por dificuldades do método histórico. De fato, como o surgimento de uma nação não se define por um ato político, como uma revolução, nem por um decreto burocrático, como a redação de uma constituição, e sim através de uma gradual transformação nos modos de sentir de uma coletividade, a formação de um sentimento de pertencimento como o da nacionalidade gerou dificuldades para os métodos de medição e análise consagrados na pesquisa de História. Desse modo, ao contrário da instituição do

Estado, que normalmente lega um farto material empírico, com “variáveis nitidamente objetivadas” que podem ser percebidas com facilidade em documentos, os historiadores produziram, relativamente, uma menor quantidade estudos sobre a formação da nação.

Talvez por isso, tamanha tenha sido a receptividade da hipótese andersoniana sobre o *print capitalism*⁵. Ao abrir um campo produtivo de análise entre a criação intelectual e o mercado impresso, ao sugerir contatos e circularidades entre a produção de elites literárias-jornalísticas e o consumo em massa que emerge no século XIX, em suma, ao oferecer uma hipótese atenta *simultaneamente* a mentalidades e a materialidades do processo de formação nacional, a “comunidade imaginada” tornou-se um conceito incontornável para estudiosos do tema.

Naturalmente, se a abordagem de Anderson mostrou-se tão influente e relativamente original, sua obra tem sido igualmente criticada por sua perspectiva “vista de cima”, a qual virtualmente ignora temas como raça, classe e relações de gênero dentro do processo de construção da nação na América Latina⁶. Para o contexto brasileiro, além do relativo menosprezo ao papel ativo que trabalhadores, mulheres, indígenas e afro-brasileiros tiveram em moldar aspectos da comunidade imaginada, a proposta Andersoniana de uma sucessão de comunidades religiosas para comunidades laicas parece claramente inadequada para entender como não apenas o catolicismo, mas diversas outras religiões, têm sido fatores indispensáveis para a sustentação do estado nacional brasileiro até hoje. Além disso, a suposição da disseminação de sentimentos de pertencimento à nação por meio de mídia impressas parece mais apropriada ao contexto de escolarização crescente na Europa do final do século XIX, ou mesmo em países latino americanos como Argentina e Uruguai, do que ao Brasileiro, cuja maior parte da população teria acesso a alfabetização somente com o adentrar do século XX.

Porém, essa relativa anomalia da aplicação da idéia central em Anderson, justamente, talvez seja o que a torne tão interessante para o caso específico brasileiro: a produção intelectual do século XIX provavelmente é ainda mais decisiva e influente *hoje* para a manutenção da comunidade imaginada brasileira. Este artigo tentará mostrar como a *estrutura narrativa oitocentista*, legado pela historiografia no século dezenove, cujas linhas mestras foram resumidas na obra fundadora de Varnhagen, persiste virtualmente irretocada na mídia impressa do século XXI reforçando sentimentos de pertencimento à nação. Curiosamente, livros História do Brasil que se

afirmam distintos entre si, autores que abertamente tentam distinguir-se por filiações político-epistemológicas antagônicas, todos recorrem a esse mesmo constructo intelectual oitocentista.

Naturalmente, reconhece-se aqui os enormes esforços e êxitos na inovação de livros de História do Brasil, desde o século XIX até o presente. No entanto, assumidamente, este texto ocupa-se apenas com o rastreio de *permanências*. A celebração de mudanças nos livros têm sido, por motivos evidentes, bastante alardeada por editoras e autores. Por sua vez, o paradoxo de que proposições intelectuais do século XIX continuam a ordenar o “novo” do século XXI é um tema menos popular e, portanto, aqui, merecedor de toda a atenção.

Se jornais foram *best-seller diários* da modernidade européia⁷, a incessante reprodução da estrutura narrativa oitocentista em livros confere-lhe um *status* equivalente na contemporaneidade brasileira.

Para tentar conferir inteligibilidade e eficácia analítica a essa proposição, assim como para afugentar de início algumas possíveis dúvidas, vale a pena reservar espaço para um breve trabalho de alinhamento conceitual.

As reflexões sobre o “Tempo” feitas pelo historiador Fernand Braudel foram decisivas para situar a palavra “estrutura” no começo desse conceito. No entanto, apesar de lhe render referências, não se pretende aqui seguir qualquer “modelo” de pesquisa braudeliano. Ao contrário, o uso da palavra “estrutura” simboliza nada mais do que uma aproximação grata, e uma apropriação livre, da maneira como o historiador francês tentou mensurar certas passagens da História, mais nítidas sob a perspectiva da *longa duração*:

Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, montagem, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo gasta mal e veicula muito longamente. Certas estruturas, vivendo muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas atravancam a história, atrapalham, portanto comandam seu desenrolar. Outras tendem a se pulverizar. Contudo, todas são, ao mesmo tempo, esteios e obstáculos. Obstáculos, elas se assinalam como limites, dos quais o homem e suas experiências praticamente não podem se libertar. Imaginem a dificuldade de romper certos limites geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo estas ou aquelas injunções espirituais: os *marcos mentais* também são prisões de longa duração.⁸

Provocada por essa definição (ou poética) braudeliana, a palavra “estrutura”, na *estrutura narrativa oitocentista*, servirá, sobretudo, como uma metáfora de *resistência temporal*; como forma de apontar para a existência de uma temporalidade longa na maneira de explicar (e escrever) o País: um “marco mental” de pelo menos 150 anos na maneira de narrar a História do Brasil.

No entanto, pretende-se aqui apenas *apontar* a presença da estrutura narrativa oitocentista em livros contemporâneos e *não explicar* as possíveis causas dessa longa passagem e presença até o presente. Com essa opção, é bom dizer, não se menospreza o jogo de forças intelectuais e socioeconômicas que acabou favorecendo determinada maneira de narrar a História do Brasil e que suprimiu outras. Ao contrário, ao privilegiar um tema pouco debatido no campo da História intelectual no Brasil, tenta-se seguir uma direção oposta àquelas que se limitam apenas a atestar, de forma teórica, a existência do que Christian Laville⁹ chamou de *guerra de narrativas* históricas: procura-se, aqui, produzir conhecimentos que dinamizem/dinamitem a própria guerra. Além desse alvo historiográfico (para insistir no vocabulário bélico sugerido por Laville), a opção por esse recorte pretendeu prefixar um horizonte de escrita exequível, única maneira de adequar a potencial infinitude do tema proposto à parcimônia de um artigo.

Em relação à palavra “narrativa” no conceito, sabe-se que esse termo costuma acender polêmicas entre as diferentes correntes de estudiosos da História, particularmente entre aqueles que discordam do seu próprio uso em trabalhos historiográficos. Essas fissuras, pelo visto, não são nada novas, podendo ser encontradas já à época do iluminismo europeu, quando “se atacava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa”¹⁰. Burke chama atenção ao que pode ser uma das mais antigas querelas da historiografia, o embate entre duas tendências: a chamada história “narrativa” *versus* a chamada história “estrutural”. Segundo o historiador britânico, trata-se de uma disputa “que parece se repetir – com variações”. Em linhas gerais, os historiadores narrativos foram, desde o século XVIII, conhecidos pela superestima de datas, acontecimentos e outras variáveis factuais. Segundo seus críticos, tudo isso não passaria de “efemérides”, que pouco contribuiriam para explicar o passado. Aos historiadores estruturais, por sua vez, coube a imagem de pensadores ocupados não em *narrar* a História, mas em *conferir análises e interpretações* profundas, única forma de realmente entender as sociedades ao longo

do tempo. Seus críticos, em troca, acusaram as obras estruturais de produzirem uma “história imóvel”, freqüentemente “reducionista” e “determinista”, incorrendo no que Evaldo Cabral de Mello chamou certa vez de “tentação generalizante da sociologia”¹¹.

Apesar do interesse em oferecer um panorama desse debate, tanto que relembre desde os primeiros críticos da narrativa, como Voltaire, até retomadas da narrativa no final do século XX, o artigo de Burke parece especialmente focado em indicar alternativas à polarização:

Chegou o momento de se investigar a possibilidade de encontrar um modo de escapar a este confronto entre narradores e analistas. Um bom começo poderia ser criticar ambos os lados, por uma suposição falsa do que eles têm em comum, a suposição de que distinguir os acontecimentos das estruturas seja uma questão fácil.¹²

A dúvida de Burke sobre a possibilidade de distinguir narrativas factuais de análises estruturais, aliás, acaba levando-o a suspeitar que, sob essa aparente bifurcação, existiram sempre vias conciliadoras:

Tendemos a utilizar o termo “acontecimento” de uma maneira muito vaga, referindo-nos, não somente a eventos que duram poucas horas, como a batalha de Waterloo, mas a ocorrências como a Revolução Francesa, um processo desenrolado durante vários anos. Pode ser útil empregar os termos “acontecimento” e “estrutura” para se referir aos dois extremos de todo um espectro de possibilidades, mas não deveríamos esquecer a existência do centro do espectro.¹³

Exatamente no que Burke chama de “área central” desse debate é que a definição de “narrativa”, da *estrutura narrativa oitocentista*, pretende se situar.

Vale lembrar que este artigo se ocupa de uma modalidade específica de História nacional: os chamados livros *gerais* de História do Brasil. Apesar de tal classificação remeter a um conjunto de heterogêneo de publicações e a autores de distintas qualidades, é possível argumentar que as diversas Histórias ditas “gerais” têm um objetivo comum e de fácil identificação: a ambição de narrar a História do Brasil do *começo ao fim*. Extremamente popular tanto na academia quanto em escolas, em manuais introdutórios e livros didáticos, sucesso de vendas tanto no País como no exterior, esse modelo de livro dedica-se basicamente a responder duas perguntas estruturais: 1- como o Estado brasileiro se formou e se mantém unido?; 2- como a nação brasileira se formou e se mantém unida? A enorme complexidade de apresentar explicações para esse longo processo, provavelmente, tem sido o fator

decisivo para que esse formato de publicação opte por adequá-las ao formato acessível e carismático da narrativa. De fato, trata-se de outro traço compartilhado por qualquer História “Geral” do Brasil: a ambição simultânea de realizar explicações estruturais *sem perder* o didatismo e a fruição do formato narrativo.

Conseqüentemente, tais publicações usualmente recorrem a artifícios narrativos de imediata aceitação: a personificação do *protagonista* (o Brasil), a diferenciação dos *aliados* (“Nós”, o povo brasileiro), dos *inimigos* (os “Outros”, holandeses, franceses, e os portugueses após 1822), a marcação do *começo* da narrativa (a vida tupi-guarani limítrofe ao “Descobrimento”), de seu *desenvolvimento* (os períodos colonial e imperial), de seu fim (o presente republicano) e *fins* (“nossa” existência).

Ao aderir com o que Burke chama de “área central” do debate, além de diluir fronteiras entre narradores e analistas, procura-se evitar também outras fissuras epistemológicas, em especial, aquela que supostamente divide dois pólos ontológicos de se entender o conhecimento histórico: o “cientificista”, para o qual a História possui métodos e rigores que a aproximam indubitavelmente de outras Ciências, e o “ficcionalista”, para quem o aspecto inventivo e estético dessa disciplina atarracam-se mais com o de outros campos artísticos, como a Literatura.

Restringir a escrita da História apenas aos modelos da Arte ou da Ciência parece apenas, mais uma vez, desmerecer sua posição ambivalente de sê-las *e* não as ser ao mesmo tempo. Trata-se de uma batalha retórica sentimental e vã, aliás, tentar medir a qualidade de uma obra histórica em função de seus supostos “graus” de cientificidade e/ou literariedade.

Para fugir a essa polarização, adotou-se uma definição talvez menos nobre, certamente mais pragmática, de História: um campo erudito de produção de conhecimentos, entre os tantos, mundo afora. Semelhante a todo campo erudito, a validação de qualquer conhecimento, seja ele “literário” ou “científico”, não depende apenas do valor desse conhecimento *em si*; depende de um contexto de aceitação organicamente relacionado a tradições, procedimentos e normas internas dos regimes de verdade¹⁴, paradigmas¹⁵, programas de pesquisa¹⁶ que disseminam esse conhecimento e lutam por sua hegemonia.

Contextualizada nesse jogo de forças, em que critérios epistemológicos e estéticos inevitavelmente confundem-se com brigas de departamento, normas de publicação, mercados editoriais, êxito em disciplinas, agências financiadoras,

linhagens de orientadores e orientandos, não faz sentido perguntar se determinada produção historiográfica é “boa” ou “ruim” apenas por suas inclinações científicas ou literárias. Essa dúvida, aliás, substitui-se por outras razoavelmente distintas: que tipo de “garantia” um historiador pretende agregar ao seu trabalho quando afirma que faz uma história com fundamentos científicos? Que tipo de “mérito” ele almeja quando compara seu livro a um romance? Nesse sentido, apesar da palavra narrativa ser rotineiramente associada a vertentes “ficcionalistas” de historiadores, seu uso na *estrutura narrativa oitocentista* não pretende indicar qualquer adesão apriorística e oportuna, nem à “Arte” nem à “Ciência”.

Naturalmente, ao estender um tipo de definição de História (um relato do que “realmente aconteceu” ou do que provavelmente deve ter acontecido) em direção a outro (um saber legitimado na dinâmica de um campo erudito) o conceito de narrativa amplia-se automaticamente: de um conjunto de datas, sujeitos e períodos que “existiram” e que podem ser “representados” através da investigação metódica e/ou da imaginação ficcional do pesquisador, para uma representação seletiva e competitiva do passado; permanentemente reescrita para o consumo político, mercadológico, educacional e lúdico de cada época. Nesse sentido, é importante deixar claro que este trabalho pressupõe que o estado brasileiro tem sido protagonista em tutelar/realizar investimentos incessantes para reafirmar o conjunto “Brasil”, sendo que a produção de narrativas educacionais de “História do Brasil”, desde o IHGB até o MEC, desempenha um papel privilegiado e estratégico dentro desse processo.

Em relação ao termo *oitocentista*, é preciso circunscrever melhor o diálogo com o passado que aqui se instala. Apesar do estoque praticamente ilimitado de datas, sujeitos, territórios e documentos subentendido por essa palavra, promove-se aqui uma imensa redução na escala de observação ao se transformar o século XIX, histórico, em *um* século XIX, analítico. Entre as inúmeras conseqüências desse redimensionamento, talvez a mais importante seja a retirada da carga totalizante do adjetivo *oitocentista*, trocando sua monumentalidade potencial por uma localização diminuta. Ao contrário da tentativa de abarcar todo um século, a palavra *oitocentista* indicará basicamente o diálogo com uma única instituição do século XIX, o IHGB, através somente de um de seus pesquisadores, Francisco Adolfo Varnhagen, restringindo-se a apenas uma de suas obras, *História Geral do Brasil*. A microscopia

desse recorte, obviamente, decorre de certas escolhas teórico-metodológicas, que merecem ser destacadas.

Desde a primeira página, alude-se a relações entre o passado e o presente, especialmente a vínculos entre o século XIX e o atual, entre a obra de Varnhagen e livros de História do Brasil contemporâneos.. Esse raciocínio temporal, que vem forçando uma vizinhança entre datas objetivamente tão longínquas, tem exigido também a aceitação de um vocabulário carregado de palavras que tentam dar conta da passagem entre diferentes épocas, como “sobrevivência”, “legado”, “permanência”, “tradição” e “influência”.

A tentativa de seguir, passo a passo, a possível cadeia causal que une os primeiros rascunhos de Varnhagen a suas últimas repercussões na atualidade continua a ser uma pesquisa latente para a historiografia intelectual no Brasil. Naturalmente, por limitações de tempo, foco e competência, não se busca aqui mostrar nem os “porquês” nem os “por ondes” a *estrutura narrativa oitocentista* seguiu desde que foi proposta até ser reimpressa em livros recentes. Uma tentativa séria de mostrar a suposta “origem” da *estrutura narrativa oitocentista* na obra de Varnhagen e acompanhar sua longa trajetória, com influência e ecos de mais de cem anos sobre inúmeras outras obras, autores e políticas educacionais, exigiria um estudo cuja densidade e escopo excedem as possibilidades e objetivos deste artigo.

Sendo assim, apesar de pressupor a existência de múltiplos fatores históricos e causais que permitem relacionar a *História Geral do Brasil* com atuais livros gerais de História do Brasil, o jogo de comparações que será feito nas próximas páginas desobrigou-se de qualquer responsabilidade de enumerá-los. A palavra *oitocentista*, afinal, não busca uma reconstituição histórica de como idéias vistas na obra de Varnhagen devem ter atravessado o século XIX ao XXI, apenas promove um debate sobre como essas idéias *podem ser vistas* em obras específicas desses dois séculos.

Com essa opção, a *estrutura narrativa oitocentista* renuncia a qualquer explicação absoluta. Não se trata, afinal, de uma “categoria” no sentido científico-dedutivista do termo, passível de ser aplicada aos diversos períodos da Historiografia da História do Brasil para “inferir” permanências da obra de Varnhagen. Trata-se apenas de uma estratégia para *localizar* semelhanças, amiúde rejeitadas, entre a forma de interpretar a História do Brasil em obras e períodos assumidos como distintos.

Dos sete fundamentos que compõem a estrutura narrativa oitocentista mapeados em trabalhos anterior¹⁷, apenas três decisivos serão destacados nas próximas páginas: *Estado-nacionalismo*, *Quadripartição* e *História Aplicada*.

Para potencializar a visualização dos mesmos, será feita uma análise comparativa entre trechos da *História Geral do Brasil* de Varnhagen e três livros didáticos contemporâneos de notória circulação¹⁸ escolhidos aqui como dignos representantes do modelo de publicação referido anteriormente como “História geral do Brasil”.

ESTADO-NACIONALISMO

Chama-se aqui de estado-nacionalismo um tipo de anacronismo histórico constante em qualquer História “geral” desde Varnhagen: a tendência de se reduzir Histórias ocorridas em territórios que apenas *um dia seriam* do Brasil à História específica do estado brasileiro contemporâneo. Por mais que se perceba esforços de livros atuais em tentar diferenciar os ditos “tempos” indígena, colonial, imperial e republicano, autores continuam a sobrepor a cartografia, os sentimentos de identidade e o vocabulário do estado nacional do presente a períodos em que este não existia objetivamente.

Tal modelo narrativo impõe a diversos eventos e populações pré-nacionais, com passados autônomos e projetos nacionais de tipos distintos, a culminância de um fim único: o estado nacional contemporâneo. Assim, Histórias gerais do Brasil reforçam uma dupla ilusão temporal: a projeção anacrônica do *presente sobre o passado* e a redução teleológica do *passado no presente*.

Nos livros analisados, a manifestação mais comum desse estado-nacionalismo dá-se através da associação do substantivo “Brasil” e do adjetivo “brasileiro” à vida tupi-guarani anterior à chegada dos navegadores lusitanos. Desse modo, nos livros didáticos, por exemplo, o povoamento do Brasil chega às vezes a ter uma origem milenar:

Um pouco da História do povoamento do *Brasil* pelos índios guaranis *milênios antes da chegada dos portugueses* está sendo escavado.

É preciso considerar também que *a chegada ao Brasil* e a colonização do continente deve ter sido um processo lento, que deve ter levado *no mínimo 70 mil anos*. (Grifos nossos)¹⁹

Graças a essas pesquisas, hoje sabemos que a agricultura é muito antiga entre os *índios brasileiros*; o cultivo da mandioca e milho, por exemplo, é feito há mais de 4 000 anos no vale do Rio São Francisco. (Grifos nossos)²⁰

Seja de onde vieram, já foi comprovado que existiam seres humanos por *aqui no Brasil* há mais dez mil anos! (Grifos nossos)²¹

Essa estado-nacionalização do tempo histórico é evidente mesmo em tentativas dos autores em “dar voz” aos povos indígenas que tiveram contato com os primeiros navegadores lusitanos. A História dos habitantes pré-cabralinos é quase sempre, e automaticamente, inserida na mesma linha do tempo nacional e relacionada ao Brasil de hoje:

Leia o poema a seguir, escritos pelos compositores e estudiosos da cultura popular Antonio Nóbrega e Wilson Freire, que procura reproduzir a impressão dos habitantes do *território brasileiro* na chegada dos portugueses.²²

Portugal (ou seja, o Estado, os nobres os comerciantes) precisava de grandes extensões de terra brasileira para plantar cana-de-açúcar. Mas as terras já estavam ocupadas pelos *habitantes originais do Brasil* (Grifos nossos)²³

Assim, a história do povo brasileiro não começou com a chegada dos portugueses, mas teve uma etapa inicial constituída pelos processos que marcaram a vida e as atividades dos primeiros ocupantes do território, os índios.²⁴

Os povos indígenas *brasileiros* e de outras partes das América, *tradicionalmente*, consideravam a terra propriedade coletiva. *Isso ocorre* desde muito *antes da chegada dos europeus* ao continente. . (Grifos nossos)²⁵

O estado-nacionalismo, como se vê, invoca uma espécie de entidade “Brasil”, pré-existente antes mesmo da chegada dos portugueses:

Agora pense um pouco: por que Portugal se empenhou tanto em trazer a linha mais para o oeste para que ela passasse sobre o Brasil, se esse tratado foi assinado seis anos antes de Cabral ter chegado aqui? Para alguns historiadores, essa é uma evidência de que Portugal sabia ou desconfiava que *o Brasil existia por aqui*. (Grifos nossos)²⁶

Essa entidade Brasil estaria já pronta no exato momento em que Cabral desembarcou:

Mas a menina dos olhos lusitanos era mesmo o Brasil, descoberto em 1500 e colonizado a partir de 1532. O Brasil proporcionou açúcar e, a partir, do século XVIII, muito ouro.²⁷

Ao mesmo tempo já se vão quinhentos anos da chegada dos portugueses e conquista das *terras brasileiras*. Nesse longo período, será que conseguimos

realmente conquistar maior igualdade de direitos entre os cidadãos? (Grifos nossos) ²⁸

A utilização de um vocabulário político-geográfico do presente para entender dinâmicas do passado é mais outra manifestação desse estado-nacionalismo. Esse fato muitas vezes implica em uma indistinção entre a colônia que pertenceu aos reis portugueses, entre os séculos XVI-XIX, e o País independente que surgiria posteriormente:

Em 260 anos (1548-1808), o Brasil teve 53 governadores nomeados pelo rei. Para facilitar a administração, *o país* foi dividido e reunificado três vezes nesse período. (Grifos nossos) ²⁹

Em abril do mesmo ano, D. João VI foi embora definitivamente do Brasil. Lágrimas nos olhos, nó na garganta, peito sufocado de saudade e alegres cofres abarrotados de riquezas obtidas no *nosso* país. (Grifos nossos) ³⁰

Talvez a maior característica desse estado-nacionalismo resume-se à tendência do uso indiferenciado da palavra “Brasil” para se referir a formações sociais distintas que se sucederam no mesmo território que *atualmente* chamamos de Republica Federativa do Brasil: as *sociedades tupi-guaranis* antes do século XVI, a *colônia portuguesa referida como Brazil* dos séculos XVI até o começo do século XIX, o *Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves* (1815-1822) e o *estado nacional brasileiro* independente que começaria a se formar desse período em diante.

Essa tendência a usar indistintivamente a palavra “Brasil” para abarcar um território que somente séculos depois seria declarado como um estado nacional independente, tem um de seus começos na obra de Varnhagen. Afinal, é sobre um passado habitado objetivamente por inúmeras nações indígenas que tradicionalmente ocupavam um vasto território, por súditos do império lusitano que passaram a cobiçá-lo e por diversos povos africanos a ele trazidos à força, que Varnhagen propõe-se a começar a História da pátria brasileira:

Por segunda vez chego aos pés do Throno de Vossa Magestade Imperial com o fructo de minhas locubrações acerca da História Patria, no periodo de mais de tres seculos anterior á “era da independencia e do imperio”. ³¹

Assim, da mesma forma que os livros didáticos mencionados, 150 anos antes, Varnhagen já falava dos índios habitavam o “Brasil”:

[...] eram dialectos da mesma lingua, como dissemos, os que falavam em geral por toda a extensão do Brazil” ³²

Para fazermos porêem melhor idéa da mudança occasionada pelo influxo do christianismo e da civilização, procuraremos dar uma noticia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brazil; isto é, uma idea de seu estado,não podemos de civilização,mas de barbárie e de atrazo.³³

Para em tudo o paiz ser de contrastes no estado selvagem, achava-se elle, com toda a riqueza de seu solo, o a magnificência de suas scenas naturaes, e a bondade de seus portos, tão prestantes ao commercio, possuido pelas gen-tes que passamos a conhecer.³⁴

Como se disse, porém, além de uma perspectiva anacrônica, o estado-nacionalismo freqüentemente impõe também uma visão teleológica à História. Esse teleologismo se manifesta quase sempre através da sugestão de que o Brasil sempre foi um projeto em formação:

Nos séculos XVI e XVII a cultura brasileira colonial *ainda* estava se formando. Somente no século XVIII ela assumiria uma expressão plenamente autônoma.³⁵

A associação do Estado nacional como um projeto em gestação e como um futuro único é constantemete flagrado nos livros. Mesmo quando se aborda períodos turbulentos como o Primeiro reinado e a Regência, no qual várias províncias tentaram efetivamente se libertar do império brasileiro, livros tendem a sugerir o estado nacional como um destino incontornável para todas as ex-províncias da colônia portuguesa. No terceiro livro da Coleção *História Temática*, por exemplo, logo depois de mostrarem como a Confederação do Equador tinha proclamado sua independência do Brasil, os autores recorrem a uma pergunta de caráter estado-nacionalista, reforçando um suposto “projeto de Brasil” que uniria todas as províncias daquele período, mesmos as ditas “rebeldes”:

Como os gaúchos acreditavam que o novo Estado-nação deveria se organizar, por exemplo? E os baianos? E os paulistas? Será que em cada região havia uma opinião unânime? Será que eram os mesmos problemas? Será que todos defenderam a escravidão? E os funcionários públicos, militares, profissionais liberais? Qual *Brasil* desejavam construir? (Grifos nossos)³⁶

De modo semelhante, Varnhagen também supunha esse destino teleológico da colônia portuguesa em se encaminhar, necessariamente, para a formação da nacionalidade “brazileira”:

[...] passavam-se nesses tempos primitivos, nas colônias brasileiras nascentes, analogas scenas as que haverão tido logar em todos os paizes atrasados, que começam a ceder o passo á nacionalidade, que nelle se introduz coma superioridade e encanos da civilizacao sobe a barbárie.³⁷

E aqui cumpre notar que os esforços simultâneos que ora faziam, não só esta, como outras capitánias, contra o inimigo commum, - era novos elementos que iam espreitar, pelos laços de coração, a futura união brasileira, que os Hollandezes contribuiriam depois a fazer apertar muito .³⁸

O Brazil florece hoje na posse de todos os cómmodos e ornamentos das nações mais cultas[...]As nossas esperanças animadas com tantos benefícios iam creando azas para voar á gloria que nos mereceu a ascendencia que nos prezamos trazer dos Correias Sás, Souzas Coutinhos, Pires, Costas, Azevedos, Pereiras e outros antigos ceberimos argonautas, que por gloria da nação, por augmento da fé, por novo esplendor destas colônias, deixaram o ni-nho da sua amada pátria[...].³⁹

Para Varnhagen, a nacionalidade *brazileira* já estava de, algum modo, prefigurada nas lutas de ocupação e resistência no cotidiano da colônia portuguesa:

Não somos, mercê de deus, fatalistas na historia. Cremos sin, que uma guerra de tempos em tempos pode erguer um paiz de seu torpor; cremos que a estranha, quando a costa brazílica acabava de ser occupada na totalidade, com as cidades de S. luiz e de Belem, no Maranhao e no Para, poderia estabelecer, como estabeleceu, mais união e fraternidade, em toda a família já brasileira[...].⁴⁰

Para finalizar, resta mencionar uma última forma comum de se expressar o estado-nacionalismo: a *familiarização* do passado. Essa familiarização normalmente consiste em utilizar advérbio “aqui” e os pronomes “nós” e “nosso” como forma de sugerir uma proximidade/intimidade/continuidade do nosso presente em relação aos séculos passados:

Em São Raimundo Nonato, ela (Niede Guidón) descobriu indícios de que as pessoas teriam *vivido aqui* há mais de 40 mil anos” (Grifos nossos)⁴¹

Esses fatores fundamentais para o inicio das navegações ibéricas, que trouxeram os europeus para o continente americano. Ao chegar *aqui*, confrontaram-se com povos que possuíam modos de vida diferente dos deles. (Grifos nossos)⁴²

Nossos antigos *ancestrais* aprenderam a viver no novo ambiente⁴³

Perceba outra coisa importante: os ingleses nos vendiam muito mais do que *nós* a eles. (Sobre a abertura dos portos em 1808)⁴⁴

Cabral esteve *aqui* no Brasil (litoral da Bahia), tomou posse oficial das terras e rumou para os objetivos principal de sua expedição: comerciar com os indianos. (Grifos nossos) ⁴⁵

Certamente não *éramos* mais uma colônia. Portugal estava fora e comerciávamos *com quem queríamos*. (Grifos nossos) ⁴⁶

Todo mundo sabe que, no caminho, o gajo (Pedro Álvares Cabral) encontrou o Brasil. A data você aprendeu na escola e não esqueceu: abril de 1500. Na verdade Portugal já sabia ou desconfiava da existência de terras para *esse nosso lado*. (Grifos nossos) ⁴⁷

Centenas de anos antes, um mesmo de tipo de familiarização do passado já era recorrente na obra de Varnhagen:

[...] sentenciando imparcialmente aos delinquentes e premiando o merito, sem perguntar a nenhum se procedia do sertão, se d'África, se da Europa, ou se do cruzamento de sangue. De outro modo, mal houvéramos podido conscienciosamente condennar aos ferozes assassinos do *nosso* primeiro bispo. (Grifos nossos) ⁴⁸

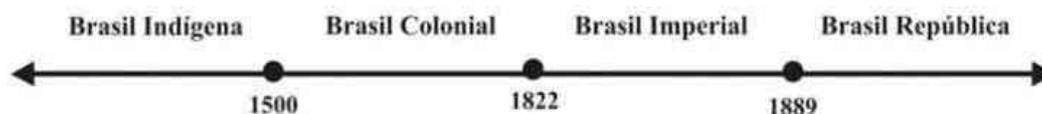
A cidade defendia-se e sustentava-se; mas os *nosso*s sem esquadra não podiam fazer se temer sempre das naos francezas. (grifos nossos) ⁴⁹

[...] já na Hollanda se começava a discutir a idéia do abandono do Brazil, quando uma lamentável occorrença veio a muddar a face dos acontecimentos, atíça a guerra, e prolongar a duração do domínio estrano. Referimo-nos á deserção, das fileiras *dos nosso*s para as do inimigo, de Domingos Fernandes Calabar[...] (Grifos nossos) ⁵⁰

A naturalização do presente sobre o passado, a estado-nacionalização de povos e culturas objetivamente *alheios* à História do País em que hoje vivemos, talvez forneça o suporte decisivo para uma segunda característica da *estrutura narrativa oitocentista*, a quadripartição.

QUADRIpartição

De forma simples, chama-se aqui de quadripartição a *opção* por subdividir a História do Brasil em quatro períodos sucessivos na linha do tempo: indígena, colonial, imperial e republicano. Nas primeiras páginas deste artigo, já se tentava traduzir esse fundamento da *estrutura narrativa oitocentista* por meio do seguinte esquema:



Nos livros, a aceitação desse esquema cronológico consagrou uma divisão quadripartite e seqüencial dos “períodos” da História do Brasil, tornando didática a visualização da passagem do tempo na História nacional: um período *originário*, indígena (também chamado de ameríndio, tupi-guarani ou pré-cabralino), seguido de um período *fundador*, colonial, passando por um período *emancipador*, imperial, chegando ao período *contemporâneo*, republicano. Essa trajetória de aproximadamente “cinco séculos”, do encontro inicial entre tupiniquins e Cabral até o estabelecimento da colonização, da autonomia política do Império até todo atual presidente, tornou-se hegemônica para o entendimento da História do Brasil nos materiais didáticos.

Vale lembrar que a *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal* de Varnhagen, como fica claro no próprio título, não dedica capítulos diretamente nem ao Primeiro Reinado, nem à Regência, tampouco ao Segundo Reinado, durante o qual foi publicada a obra. É preciso lembrar, portanto, que a obra de Varnhagen faz uma descrição *direta* apenas ao período indígena e colonial, sendo *indireta* a referência ao período imperial subsequente. Não era objetivo de Varnhagen nessa obra aprofundar a História em andamento do império no qual ele próprio vivia, mas somente explicar os períodos indígena e colonial que lhe antecederiam. A escrita de uma obra sobre o período da Independência e a formação do Império, porém, havia sido prometida formalmente a D. Pedro II, como se pode ler tanto na dedicatória quanto nas últimas páginas da *História geral do Brasil*⁵¹:

Desvaneço-me em proclamar que devo o ter conseguido terminar esta obra; preambulo da gloriosa Historia da Independencia que não tardarei a publicar.
52

Essa nossa Historia da Independencia ja se acha escripta, e sera publicada apenas consigamos elucidar algumas poucas dúvidas que ainda temos.⁵³

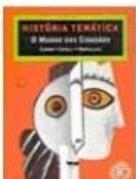
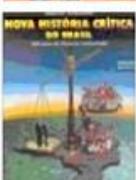
O que se denomina de quadripartição, portanto, não deve ser entendido como uma proposta definitiva de um indivíduo isolado, mas, antes de tudo, uma realização processual e coletiva, cuja obra de Varnhagen é apenas um dos lugares fundadores.

Assim, Varnhagen desempenhou um papel pioneiro em popularizar uma narrativa de História do Brasil que parte dos índios originários, cede lugar à colonização, chega ao império e *sugere* a continuação a partir desse período. De fato, historiadores posteriores “completarem” essa linha do tempo exatamente do ponto onde ele havia deixado, descrevendo em detalhes os períodos imperial e republicano.

Numa declaração de tom profético, inclusive, referindo-se aos historiadores “que não tardarão a aparecer”, o próprio Varnhagen havia previsto a probabilidade de sua obra ser completada no futuro:

Estes principalmente, ao ter presente este todo, o avaliarão com justiça; e quase ousamos dizer que quantos mais defeitos lhes achem, isto é, quanto mais o estudem, mais apreciarão o serviço preparatório que aqui lhes oferecemos.⁵⁴

Provavelmente, a melhor maneira de visualizar a presença desse “serviço preparatório” de Varnhagen seja comparando-o com capítulos dos livros didáticos analisados. Apesar das diferenças dos títulos, é possível flagrar em todos uma ordem temática e cronológica comum, com os *três períodos* antecipados por Varnhagen, indígena, colonial e imperial, sendo completados *pele quarto*, republicano:

	Brasil Indígena	Brasil Colônia	Brasil Império	Brasil República
HGB	 Descrição do Brasil em geral (S I) Dos índios do Brasil em geral (S II) Lingua, usos, armas e industria dos tupis (S III) Ideias religiosa e organização social dos tupis (S IV) Descobrimetos da América e do Brazil (S V)	Atende-se mais ao Brazil. Pensamento de colonizá-o em maior escala (S VII) Direitos dos donatarios e colonos. Portugal nesta época (S X) Chronica primitiva das seis capitanias cuja colonização vingou (S XI) Vida dos primeiros colonos e suas relações com os índios (S XIII)	História da Independência e do Império (prometida por Varnhagen na DEDICATÓRIA a D. Pedro II e no final do livro)	
BHS	 Os Filhos da terra (C 2, Unidade I)	A colonização (C 1-5, Unidade I) A idade de ouro na colônia (C 6-9, Unidade II)	O império (C 10-15, Unidade III)	A república (C 16-22, Unidade IV)
HT	 Os indígenas do Brasil atual(L2 Capítulo 4)	A aventura das Navegações.(L2, Cap. 3) Fragmentos da vida colonial no Brasil(L2, cap 8)	O império Brasileiro: revoltas, terra e escravidão(L3, cap 10)	O fim do império brasileiro: a República dos coronéis e do progresso(L4, cap 7)
NHC	 "Nossos" índios (C 12)	Colonizar o Brasil (C 13) Escravidismo colonial (C 17) Brasil: revoltas anti-coloniais (C26)	Independência do Brasil (C 28) O primeiro reinado (C 31) A regência (C 32) O segundo reinado (C 33)	A república (C 39)

HISTÓRIA APLICADA

Invariavelmente, livros de História *gerais* reservam algumas páginas para justificar a importância do estudo do passado. Normalmente localizada nas seções de apresentação/introdução, essa justificativa quase sempre se configura como uma conversa direta entre o autor e seus leitores, através da qual se tenta mostrar, de forma clara e persuasiva, a importância dos estudos da História. A comparação de trechos da *História Geral do Brasil* e dos livros contemporâneos, a seguir, tentará mostrar como todos os seus autores baseiam-se em uma mesma justificativa para convencer leitores sobre a importância de se aprender História, qual seja, a sua *utilidade social*.

Em todos os livros analisados, o valor do aprendizado de História está explicitamente vinculado à garantia de adquirir conhecimentos que, em primeira instância, ajudariam a transformar o leitor em um cidadão mais crítico e, em última, capacitariam-no para melhorar sua cidade, região e até o mundo em que vive. Esse tipo de justificativa encontrada nos livros, que valoriza a aquisição do conhecimento de História em função de seu potencial de transformar simultaneamente o indivíduo e sua realidade social, mais um fundamento da estrutura narrativa oitocentista, será chamado de *História aplicada*. Nos livros, esse fundamento é normalmente expresso através de variações de um mesmo axioma: “estudar o passado, para conhecer o presente e transformar o futuro”.

Imerso em um contexto de otimismo inabalável em relação aos progressos do saber de sua época, Varnhagen não hesita afirmar a utilidade de se aprender História:

A vossa magestade imperial, Senhor, Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu e sancionou a importância do Estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor della entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na administração do estado, e também para fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e axaltar o patriotismo, e ennobrecer o espírito publico, augmentando a fé no futuro [...] ⁵⁵

Como sugere Arno Wehling, essa confiança de Varnhagen na utilidade social da História adequava-se às preocupações da própria elite letrada fluminense em tentar fortalecer vínculos nacionais dentro do estado brasileiro recém independente:

O moralismo de Varnhagen, fiel a este clima pragmático, visava ao aperfeiçoamento da sociedade brasileira: o objetivo era ser útil, o meio encontrado para atingí-lo era o de uma obra que aliava, na intenção do autor, autoridade científica e pedagogia social. ⁵⁶

Para ser útil, porém, Varnhagen supunha que a História não poderia se limitar apenas a eventos extraordinários e sim falar de um verdadeiro “Paíz”:

[...] longe de nos limitarmos á narração dos sucessos politicos, ou a estereis biographias dos mandôes, cujas listas ordenadas alias julgamos da maior importância para a chronologia, procurámos occupar-nos principalmente dos factos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilização da paiz: comprazendo-nos até de não deixar em esquecimento os modestos obreiros que prestaram algum serviço nas lettras ou na indústria, procurando sempre escrever antes um livro útil e proprio a estimular o trabalho e a prática das boas acções, do que puramente ameno e destinado á simples distracção”.⁵⁷

Quase dois séculos depois, de modo bastante semelhante, o autor de *Brasil História e Sociedade* justificava o seu livro:

O conhecimento só vale a pena quando funciona, e ele só funciona quando nos desafia, quando se liga à nossa vida real, quando estimula nossa inteligência e desenvolve nossa capacidade de *exercer a cidadania*. Foi pensando nessas coisas todas que planejei e escrevi este livro de História do Brasil para o ensino médio.⁵⁸

Na coleção *História Temática*, essa mesma “aplicabilidade” da história é reafirmada. Mas ao invés de oferecer aos seus leitores uma justificativa direta para o que “significa estudar História?” e “Para que estudar o passado se estamos sempre caminhando ao futuro?”, a apresentação do seu primeiro volume cria uma pequena estória de dois meninos, Pedro e Mariana. “Aborrecidos no sofá” da casa de uma tia, os dois resolvem burlar as recomendações da anfitriã e sobem desautorizados ao andar de cima, onde encontram um baú antigo. O contato com objetos de “antigamente” motiva o casal a uma série de perguntas e conclusões sobre a importância de conhecer História. Entusiasmado, Pedro resume o que aprendeu naquela tarde: “Acho que dessa forma dá para tentar descobrir soluções, idéias caminhos para o futuro”.

Essa “descoberta” de Pedro sobre a utilidade da História é, em seguida, reforçada pelos autores:

Da mesma forma que Pedro e Mariana descobriram um sentido para estudar o passado, convidamos você a abrir o grande baú da história e realizar um estudo do passado sem perder de vista aquilo que vivemos no presente.

Precisamos, enfim, dominar todas as habilidades necessárias para conseguir de fato, fazer da História um conhecimento que não se limite a decorar fatos do passado, mas que utilize todas essas experiências vividas como maneira de *entender e recriar o presente*.⁵⁹

No volume dois da coleção, na mesma sessão “apresentação”, os autores sugerem que o conhecimento do passado serve de exemplo para a atuação no presente:

No decorrer deste volume, esperamos que os *alunos utilizem os vários* temas e períodos históricos trabalhados para que no final consigam, assim como o chefe Seattle, refletir sobre a importância da terra para os homens que vivem em comunidade. Além disso, *você, estudante de hoje, é aquele que já enfrenta ou enfrentará o desafio de construir um projeto de sociedade* capaz de, como afirma José Saramago, criar ‘um direito que se respeite e uma justiça que se cumpra’. (Grifos nossos)⁶⁰

No livro *Nova História Crítica*, essa justificativa é sem rodeios:

Como se vê, estudar a História é repensar o passado para refletir sobre o presente e construir o futuro.⁶¹

O que se chama aqui de *História aplicada*, enfim, é uma maneira com a qual autores desde o século XIX tentam justificar a leitura de seus livros por meio de um suposto valor pragmático e social da História narrada: transformar o passado em exemplos para atos de cidadania no presente, com repercussões no futuro. Em todos os livros analisados, de forma direta ou por meio de fábulas, a *História aplicada* forneceu uma mesma perspectiva prática e redentora ao aprendizado de História:

Lembrar a vida e o trabalho de um grande número de gerações [...] e já nas próprias escolas do paiz e da metropole se haviam formado os ilustres patricios que encaminharam a obra de regeneração [...] nos legaram acções de meritoriais e de abnegação e de desinteresse, que, não só por gratidão como até por conveniencia, nos cumpre commemorar; pois como diz um nosso illustre magistrado (Dezembargador Alencar Araripe) ‘nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a nobre recordação das nobres acções de seos maiores’.⁶²

É ‘quantas perguntas! Porque um adolescente do terceiro milênio deve ater-se a essas questões em um mundo que parece buscar a diversão e o rápido sucesso individual a qualquer preço?’ ‘Nesse sentido, ensinar, estudar e aprender História pode se transformar em um momento de reflexão e de tomada de posição diante das muitas possibilidades e projetos de organização social que o nosso país e o mundo apresentam’.⁶³

Agora, como você *aplicaria* esta reflexão à sua comunidade, bairro, cidade ou região? Você acha que as pessoas de sua convivência – em casa, na roda de amigos, na escola, no trabalho – entendem que suas ações estão ligadas ao processo mais amplo de construção da vida social e, portanto, ao processo histórico. (Grifos nossos)⁶⁴

Se nós quisermos compreender a História para transformar o nosso presente, temos de perceber a importância das ações das classes sociais. [...] Os iluministas tinham um grande sonho. [...] A humanidade entraria numa nova

era de autoconfiança, liberdade e felicidade. Será que o programa iluminista pode ser realizado?⁶⁵

Como se antecipou, não se prosseguirá com uma análise comparativa dos demais 4 fundamentos da estrutura narrativa oitocentista. Por ora, as supracidas formas de *estado-nacionalizar*, *quadripartir* e elaborar *historias aplicadas* são suficientes para apontar alguns dos fundamentos ubíquos e recorrentes em livros de História Geral em séculos distintos. Vale ressaltar que esses fundamentos da *estrutura narrativa oitocentista* tornaram-se tão familiares e repetidos em livros de História Gerais que acabaram associando *uma* maneira de ordenar a História do Brasil com a *própria* História do Brasil.

Curiosamente, apesar de invariavelmente (pre)vista em cada leitura, ou talvez justamente por isso, esse legado oitocentista tornou-se opaco à maioria dos olhares e virtualmente esquivo a críticas. *Estado-nacionalizar*, *quadripartir* e justificar *historias aplicadas*, afinal, tornaram-se alguns dos inalteráveis fundamentos com as quais autores - independente de seus distintos vínculos políticos, epistemológicos, artísticos - escrevem seus livros de História Geral do Brasil.

Quando se fala em “fundamento”, alude-se aqui tanto ao seu significado teórico, “aquilo sobre que se apóia um conjunto de conhecimentos”⁶⁶, quanto a práticas de poder que o instituem socialmente. Até agora, todas as alusões a questões de poder referiram-se a instâncias formais e “macroscópicas” de seu exercício, como o Estado, o IHGB ou o MEC. Mas o jogo de forças dentro de um Estado-nacional não se exerce apenas por meio de iniciativas estatais, de cima para baixo, com aparatos jurídico-policiais regulando uma população. O poder, especialmente aquele vinculado à produção de saberes, depende também de um movimento vivido “em baixo” do Estado, produzido, reproduzido e defendido por pessoas comuns, no convívio cotidiano. Exercido “molecularmente”, esse poder move-se incessantemente, de forma circular e alternada, sem se deter exatamente sob domínio de ninguém. Todos são potencialmente seus detentores e seus destinatários:

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou

ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.⁶⁷

Para esta discussão entre produção intelectual oitocentista, livros de História Geral do Brasil e construção do Estado nacional, interessa particularmente a reviravolta do enfoque foucaultiano em ampliar o perfil apenas negativo e interditivo do poder, enquanto opressão/repressão, para pensá-lo também como uma força criativa e geradora dentro da sociedade. Através desse enfoque, é possível especular se a permanência da *estrutura narrativa narrativa* dependeu/depende não só de forças estatais que a apoiaram/apóiam, como (e principalmente) das pessoas em carne e osso que, cotidianamente, dispuseram-se/dispõem-se a utilizá-la. A sugestão de que o poder é antes de tudo produtivo/positivo, indutor de prazer e mais poder, torna-se particularmente útil para se buscar entender porque vozes aparentemente tão distintas e abordagens ditas tão “plurais” baseiam-se nesse único modelo narrativo.

É possível sugerir que parte da produtividade desse poder consiste numa batalha não-declarada, embora implícita, em torno da hegemonia por representar corretamente a História nacional. Afinal, por mais sincera e colaborativa que tenham sido as intenções de todos seus autores e pesquisadores, é possível associar a História da historiografia em torno desse tema a um enfrentamento sucessivo de gerações lutando pelo direito de contar a *mais* atualizada ou a *mais* completa História Geral do Brasil. Dentro do contexto da História das Histórias Gerais do Brasil, a *estrutura narrativa oitocentista* talvez tenha desempenhado um papel fundamental para ordenar essa luta de poder/saber: formando seu próprio pretexto.

Como hipótese, é possível especular que os fundamentos da *estrutura narrativa oitocentista* foram muito menos objetos de problematização do que alvos de cobiça. Para maioria dos autores desse modelo livros, afinal, tais fundamentos nunca foram alvos de enfrentamento. Ao contrário, livros empenharam-se quase sempre em adquirir o direito de interpretá-los corretamente. Do “Descobrimento do Brasil” até hoje, ou da “Invasão lusitana” até hoje, ou do “Encontro de culturas” até hoje: trata-se de uma luta de *discursos* diversos em torno dos mesmos *enunciados*. A existência de um único modelo narrativo parece ter sido particularmente fecunda para uma luta centrada apenas na disputa por melhor representá-lo.

O *poder de poder* interpretar a *estrutura narrativa oitocentista* de forma correta/atualizada talvez explique parte de sua importância e longevidade para a elaboração de livros. Para autores e editoras, afinal, tornou-se produtivo/lucrativo disputar o privilégio de contar não *uma* e sim *a* História do Brasil. Dessa forma, através de edições “completamente revisadas”, de novos temas, métodos e abordagens, a *estrutura narrativa oitocentista* ganhou permanentemente novos vocabulários sem jamais perder sua sintaxe. Essa sua capacidade de manter-se ao reinventar-se, assemelha-se ao que Marilena Chauí falou certa vez sobre o chamado mito fundador brasileiro. Assim como este, a *estrutura narrativa oitocentista* também:

não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens novos valores e idéias, de tal modo que , quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.⁶⁸

É bom lembrar que não se pretendeu aqui emitir juízos de valor em relação aos citados fundamentos da *estrutura narrativa oitocentista*. Pretendeu-se apenas cartografá-los, não julgá-los “bons” ou “ruins” em si para a maneira de narrar Histórias Gerais do Brasil. Diferente de lutar pelo privilégio de interpretá-la corretamente, este artigo pretendeu apenas visibilizar alguns aspectos da *estrutura narrativa oitocentista*. Somente identificando seus fundamentos é que será possível desfamiliarizar a posição em que estes se situam nos livros em geral. Somente após nomeá-los, após a visualização clara de seus alcances e limites, será possível propor interpretações de História do Brasil alheias aos seus domínios.

O século XVI que o XIX inventou, por exemplo, poderia ser um título sugestivo de um capítulo que se dispusesse a desafiar tanto a quadripartição quanto a estado-nacionalização do “tempo” nos livros de História Geral do Brasil. Se a História escrita do Brasil foi literalmente (e literariamente) fabricada no século XIX a partir da proposição do século XVI como um marco fundador, por que livros de Histórias Gerais raramente citam esse fabuloso *making-off* em que nomes como Varnhagen e von Martius figuram como alguns dos iniciais roteiristas? Do mesmo modo, além da inegavelmente válida proposta de justificar a leitura de História por sua utilidade social, será possível elaborar obras gerais baseadas nos valores estéticos, retóricos, lúdicos, criativos, ou mesmo, na inutilidade dessa disciplina?

Naturalmente, não se procura com isso incitar a substituição/superação de uma suposta “antiga” tradição narrativa por uma “nova” e/ou “correta”. Além de ingênuo e quimérico, esse objetivo seria igualmente inútil, pois apenas instauraria uma outra dinâmica competitiva pelo poder de interpretar a “verdadeira” História do Brasil. De nada adiantaria tentar substituir a *estrutura narrativa oitocentista* por outro modelo geral, sob risco de apenas trocar um elenco de fundamentos repetitivos por outros. A leitura de História, afinal, tende a ser mais honesta epistemologicamente, e mais respeitosa aos seus leitores, quando se assume os diversos pontos de vista, modelos, hipóteses, versões e contra-versões que formam a próprio campo historiográfico.

Por isso, paradoxalmente, talvez não haja justificativa mais pertinente (e eficaz) para se elaborar alternativas à *estrutura narrativa oitocentista* do que lhe rendendo homenagens: justamente porque esse modelo narrativo, desde Varnhagen, vem explicando tanto e tão bem aspectos da História brasileira é que se faz necessário suspeitar de suas datas (d)e validade.

Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *A longa duração*. In: *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1986.
- BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- JANCSÓ, István. e PIMENTA, João P. G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, C.G.(org) *.Viagem In-completa. A experiência Brasileira*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- LAVILLE, Christian. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*. Revista Brasileira de História, vol.19, n.38, São Paulo, 1999
- MONTELLATO, Andréia; CABRINI, Conceição e CAVALLI JR, Roberto. *História Temática: Tempos e Culturas*. São Paulo: Scipione, 2002.
- _____. *História Temática: Diversidade Cultural e Conflitos* São Paulo: Scipione, 2002.
- _____. *História Temática: Terra e Propriedade*, São Paulo: Scipione, 2002.
- _____. *História Temática: O mundo dos Cidadãos*. São Paulo: Scipione, 2002.
- SCHMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica: ensino fundamental*. São Paulo: Nova Geração, 2001.
- TEIXEIRA, Francisco M.P. *Brasil: história e sociedade*. São Paulo: Ática, 2000.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil - Antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen ea construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹ Atribui-se aos termos objetivo e subjetivo um sentido conforme à análise proposta pelos historiadores István Jancsó e João Paulo G. Pimenta. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. P. 135. IN: Carlos Guilherme Mot, C.G.(org). *Viagem Incompleta. A experiência Brasileira*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

² Aproveita-se a ambivalência desse adjetivo, tanto como desenho geométrico retilíneo, quanto como sinônimo de justo, verdadeiro, íntegro, imparcial. Aurélio B. H. Ferreira. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.1759.

³ Arno Wehling. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp. 32-33.

⁴ István Jancsó e João Paulo G, op. cit., pp. 134-5.

⁵ Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. pg. 30

⁶ Claudio Lomnitz. *Nationalism as a practical system. A critique of Benedict Anderson's theory of nationalism from the vantage point of Latin America* IN: Miguel Angel Centeno e Fernando López-Alves (eds). *The Other Mirror: Grand Theory through the Lens of Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

⁷ Benedict Anderson, op. cit. p. 34

⁸ Fernand Braudel. *História e ciências sociais: a longa duração*. IN: Escritos sobre a história. SP: Perspectiva, 1978. p.74.

⁹ Christian Laville. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.19, n.38,1999.

¹⁰ Peter Burke (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 332

¹¹ Evaldo Cabral de Mello. *Um imenso Portugal. História e historiografia*. São Paulo: Ed 34, 2002.

¹² Peter Burke, op. cit., p 333

¹³ Ibidem, pp. 333-34

¹⁴ Michel Foucault. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁵ KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

¹⁶ LAKATOS, Imre. *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica*. IN: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. *A crítica do desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

¹⁷ Autor provisoriamente omitido. *O Século XVI que o XIX criou: heterodoxias e multimídia no ensino de História do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2005.

¹⁸ Devido à atual centralidade do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tanto para elaboração de conteúdos quanto para distribuição de livros no País, ter recebido uma “recomendação” do PNLD constituiu o primeiro e mais importante critério para escolha desses livros. Vale lembrar que esse critério foi eleito menos pelo “selo de qualidade” garantido às obras recomendadas e mais pela certeza de representatividade, vendagem e circulação nacional que o PNLD lhes proporciona. A utilização desse critério também pretende evidenciar certa contradição entre as dita “pluralidade” das abordagens desses livros e a constatação de que todas acabam seguindo a mesma estrutura narrativa oitocentista. É bom dizer que discutir esse impasse não significa desmerecer as muitas mudanças temáticas, metodológicas e teóricas nos livros que buscam narrar a História Geral do Brasil, mas apenas apontar o sintoma de todas essas mudanças seguirem uma mesma matriz varnhageniana. Porém, como o número de coleções recomendadas pelo PNLD para o ensino fundamental entre 2006-7 passou de 30(trinta) e 18(dezoito) títulos foram sugeridos para o ensino médio, decidiu-se reduzir o recorte, apostando, assim, em uma análise qualitativa. Essa redução baseou-se em um segundo critério, o de escolher obras que representassem as três grandes tendências de publicações de livros didáticos no Brasil: A primeira, que se pode chamar de tradicional, baseada no modelo comum à maioria das publicações feitas há décadas no país, dedicado exclusivamente a contar “toda” a História do Brasil, do período indígena-colonial ao presente. A segunda, conhecida como História Integrada, na qual se soma à História geral do Brasil as ditas História da América e do Mundo, evitando-se assim a antiga separação dessas Histórias em volumes autônomos. A terceira tendência, conhecida como História Temática, cujo diferencial tem sido procurar fugir do enfoque puramente cronológico das abordagens anteriores, organizando seus livros em torno de grandes eixos temáticos e com forte opção de partir de questões do presente para investigar o passado. A escolha de representantes de cada uma dessas três tendências pretende ilustrar melhor o sintoma supracitado: o fato de uma única estrutura narrativa oitocentista servir indistintamente à “pluralidade” de abordagens das publicações recomendadas pelo MEC. Finalmente, como terceiro critério, decidiu-se mostrar que a estrutura narrativa oitocentista está presente tanto em livros do ensino fundamental quanto do ensino médio. E assim, a partir da definição desses três critérios, decidiu-se analisar a Coleção *História Temática*, da editora Scipione, destinada ao

ensino fundamental, e os livros para o ensino médio *Nova História Crítica e Brasil História e Sociedade*, das editoras Nova Geração e Ática, respectivamente.

¹⁹ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr. *História Temática: Tempos e Culturas*, 5ª série/ Montellato, Catriny Catelli. São Paulo: Scipione, 2002. p.76

²⁰ Francisco M.P Teixeira. *Brasil: história e sociedade*. São Paulo: Ática, 2000. p. 29.

²¹ Mario Furley Schimidt. *Nova história crítica: ensino fundamental*. São Paulo: Nova Geração, 2001. p. 143.

²² Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Terra e Propriedade*. p. 67.

²³ Mario Furley Schimidt, op. cit., p. 180.

²⁴ Francisco M.P Teixeira, op. cit., p 27

²⁵ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Terra e Propriedade*. p. 17

²⁶ Mario Furley Schimidt, op. cit., p. 126.

²⁷ Mario Furley Schimidt, op. cit., p. 118.

²⁸ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit., *O mundo dos Cidadãos*.

Apresentação.

²⁹ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Tempos e Culturas*. p. 90.

³⁰ Mario Furley Schimidt, op. cit., p.323.

³¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil - Antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975. Dedicatória a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II.

³² Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit. p.15.

³³ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p.22

³⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p.12.

³⁵ Mario Furley Schimidt, op. cit., p. 232.

³⁶ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Terra e Propriedade*. p.172

³⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 211.

³⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., pp. 297-8.

³⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 975

⁴⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., S XXXII.

⁴¹ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Tempos e Culturas*. p. 133.

⁴² Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Diversidade Cultural e Conflitos*. p.31.

⁴³ Mario Furley Schimidt, op. cit., p.143.

⁴⁴ Ibidem, p.317.

⁴⁵ Ibidem, p.128.

⁴⁶ Ibidem, p.325.

⁴⁷ Ibidem, p.127.

⁴⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., PREFÁCIO, p. XXIV.

⁴⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit.

⁵⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., S XXIII, p. 517.

⁵¹ O próprio Varnhagen realiza parte dessa tarefa ao publicar o livro *História da Independência do Brasil*, em 1875

⁵² Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., Dedicatória a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II.

⁵³ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., S LIV, p 1198.

⁵⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., Prefácio, p XXIII.

⁵⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., Dedicatória a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II.

⁵⁶ Arno Wehling, op. cit., p.58

⁵⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., Prólogo, p. XI.

⁵⁸ Francisco M.P Teixeira, op. cit., Apresentação.

⁵⁹ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Tempos e Culturas*.

Apresentação.

⁶⁰ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *Diversidade Cultural e Conflitos*. Apresentação.

⁶¹ Mario Furley Schimidt, op. cit., p. 127

⁶² Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., PRÓLOGO, p.VI-VII

⁶³ Andréia Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Castelli Jr., op. cit. *O mundo dos Cidadãos*. Apresentação.

⁶⁴ Francisco M.P Teixeira, op. cit., p.39

⁶⁵ Mario Furley Schmidt, op. cit., p.295

⁶⁶ Aurélio B. H. FERREIRA. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.952.

⁶⁷ Michel Foucault, op. cit., p.183.

⁶⁸ Marilena Chauí de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p.9